




C A P Í T U L O 12

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7061125200812>

Valdira de Souza Fernandes

Sylvia Benyanna Sampaio da Costa

RESUMO: A formação continuada tem se apresentado no contexto atual como uma necessidade no exercício da docência na Educação Infantil. Este artigo teve como objeto a formação continuada de professores da Educação Infantil à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo geral foi analisar a relevância dessa formação para a prática pedagógica e para a efetiva implementação das diretrizes da BNCC no cotidiano escolar. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os desafios e as potencialidades da formação continuada, compreender sua relação com a valorização profissional docente e destacar estratégias que podem fortalecer o trabalho pedagógico na Educação Infantil. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, utilizando análise textual discursiva (Moraes e Galiazzi, 2007) a partir da leitura de artigos, livros e documentos oficiais. O levantamento do material priorizou produções recentes e relevantes sobre a temática. Para dialogar com o tema, foram utilizados autores como Gatti (2008), Santos, Souza e Britto (2021), Oliveira (2023), Silva et al. (2024), Brasil (2018) e Kramer e Nunes (2020), que contribuíram para aprofundar a compreensão da importância da formação continuada. Os resultados indicaram que a formação contínua é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais conscientes, críticas e contextualizadas, fortalecendo a qualidade do ensino na Educação Infantil e a efetivação dos princípios da BNCC. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a formação docente e para incentivar políticas públicas que garantam a oferta de processos formativos permanentes e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Bncc. Educação Infantil. Formação Continuada. Políticas Públicas.

THE IMPORTANCE OF CONTINUING EDUCATIONAL TRAINING FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS IN LIGHT OF THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE

ABSTRACT: Continuing education has emerged as a necessity in the current context of teaching in Early Childhood Education. This article focused on continuing education for Early Childhood Education teachers in light of the National Common Curricular Base (BNCC). The general objective was to analyze the relevance of this training for pedagogical practice and for the effective implementation of BNCC guidelines in daily school life. Specific objectives included identifying the challenges and potential of continuing education, understanding its relationship with professional development for teachers, and highlighting strategies that can strengthen pedagogical work in Early Childhood Education. The research adopted a qualitative, bibliographical approach, using discursive textual analysis (Moraes and Galiuzzi, 2007) based on articles, books, and official documents. The material survey prioritized recent and relevant works on the topic. To discuss the topic, authors such as Gatti (2008), Santos, Souza, and Britto (2021), Oliveira (2023), and Silva et al. were used. (2024), Brasil (2018), and Kramer and Nunes (2020), which contributed to deepening the understanding of the importance of continuing education. The results indicated that continuing education is essential for developing more conscious, critical, and contextualized pedagogical practices, strengthening the quality of teaching in Early Childhood Education and implementing the principles of the BNCC. This study is expected to contribute to broadening reflections on teacher education and encouraging public policies that ensure the provision of ongoing, high-quality training processes.

KEYWORDS: Bncc. Early Childhood Education. Continuing Education. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é reconhecida como um alicerce para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, é a base que mediará suas vivências, e através da escola novas experiências educacionais e pessoais serão proporcionadas, contribuindo para a formação integral e o desenvolvimento de habilidades essenciais.

Nesse contexto, a atuação dos professores desempenha um papel preponderante na construção de experiências educativas que favoreçam o pleno desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças.

A formação docente, por sua vez, emerge como um fator crítico na equação da qualidade educacional oferecida na Educação Infantil. Professores não apenas

dominam os conhecimentos pedagógicos, mas compreendem as nuances do desenvolvimento infantil, reconhecendo as especificidades das crianças pequenas e adaptam suas práticas de ensino de maneira sensível e eficaz.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) emerge como um referencial norteador para a construção de práticas pedagógicas sólidas e alinhadas aos objetivos educacionais. No âmbito brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emerge como um documento orientador que estabelece os conhecimentos e habilidades indispensáveis a serem desenvolvidas em todas as etapas da educação básica. A formação continuada docente é um elemento essencial para a efetiva implementação e concretização da BNCC no contexto educacional brasileiro.

A formação adequada dos professores que atuam nessa fase inicial é um elemento determinante para a efetividade do processo educativo. Compreender e atender às especificidades do desenvolvimento infantil nesse estágio requer uma abordagem pedagógica sensível, fundamentada em teorias que consideram as peculiaridades dessa faixa etária. Nesse contexto, a BNCC surge como um referencial que busca direcionar as práticas educacionais, delineando competências e objetivos a serem alcançados. No entanto, a implementação efetiva da BNCC na Educação Infantil demanda uma reflexão aprofundada sobre como a formação docente pode ser alinhada a essas diretrizes, garantindo não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Diante dessa perspectiva, esta pesquisa se propõe a investigar a importância da formação continuada de professores da Educação Infantil, sob a ótica da BNCC, visando aprimorar as práticas pedagógicas.

Ao abordar essa temática, a pesquisa busca não apenas identificar desafios enfrentados pelos professores na busca por uma formação continuada que atenda às demandas da BNCC, mas também propor estratégias e diretrizes que possam contribuir para o aprimoramento contínuo do processo formativo. Assim, este estudo visa não apenas preencher lacunas na compreensão da relação entre formação continuada e BNCC na Educação Infantil, mas também fornecer subsídios práticos para a melhoria da qualidade do ensino oferecido a essa faixa etária crucial para o desenvolvimento humano.

O estudo permitiu compreender que o problema de pesquisa foi plenamente respondido, uma vez que foi possível identificar de que forma a formação continuada contribui para a prática pedagógica dos professores da Educação Infantil e para a efetiva implementação das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As análises evidenciaram que a formação contínua possibilita ao docente desenvolver um

trabalho mais consciente, crítico e contextualizado, alinhando as práticas educativas às necessidades das crianças e aos princípios da BNCC.

Os objetivos propostos também foram alcançados. Este trabalho analisou a importância da formação continuada, discutiu seus desafios e potencialidades e destacou estratégias que podem fortalecer os processos formativos dos professores da Educação Infantil. Observou-se que a formação em serviço, quando realizada de forma coletiva, permanente e vinculada ao cotidiano escolar, apresenta impactos significativos na qualidade do ensino oferecido às crianças.

Espera-se que este estudo contribua para a valorização da formação continuada como um direito dos profissionais da educação e como um fator determinante para a melhoria da Educação Infantil no Brasil. Almeja-se ainda sensibilizar gestores, instituições formadoras e órgãos governamentais sobre a necessidade de investimentos em políticas públicas que garantam processos formativos consistentes, capazes de apoiar o professor em sua prática e de promover uma educação mais equitativa, inclusiva e significativa para todas as crianças.

EDUCAÇÃO INFANTIL: INFÂNCIAS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.

Pensar a Educação Infantil no Brasil requer sensibilidade e compreensão das diferentes realidades que compõem as infâncias. Trata-se de uma etapa marcada pela diversidade, onde as crianças se apresentam como sujeitos sociais com culturas próprias, que se expressam por meio de múltiplas linguagens e interações. A concepção contemporânea de infância rompe com a ideia homogênea e universalista, reconhecendo que há muitas infâncias, cada uma atravessada por marcadores sociais como classe, território, gênero, etnia e condições de vida. Como afirmam Sarmento e Pinto (2021, p. 15), “a infância não é uma categoria universal e imutável, mas um fenômeno plural, socialmente construído e situado historicamente”. Esse reconhecimento impõe ao trabalho docente uma organização cuidadosa, intencional e ética, centrada no respeito às particularidades infantis.

Nesse cenário, a organização do trabalho docente na Educação Infantil ultrapassa a dimensão técnica e exige um olhar pedagógico atento às necessidades, aos direitos e aos contextos socioculturais das crianças. O professor é convocado a ser mais que transmissor de conhecimentos: ele atua como mediador de experiências, construtor de vínculos e agente de desenvolvimento humano integral. O planejamento, a mediação, a escuta ativa e a avaliação precisam estar articulados de forma coerente e sensível às vivências das infâncias.

Para tanto, é essencial que o educador compreenda que cada ação pedagógica é carregada de intencionalidade e potencial formativo. A seleção dos materiais, a

organização dos espaços, o tempo destinado às interações e até mesmo os momentos de cuidado, como a alimentação e a higiene, são oportunidades educativas que demandam atenção e reflexão. Como defensor dos direitos da criança, o professor precisa garantir que suas práticas estejam alinhadas aos princípios de equidade, inclusão e respeito à diversidade, favorecendo a construção de uma educação que seja, de fato, emancipadora e significativa.

Além disso, é fundamental reconhecer a criança como sujeito ativo no processo educativo. Suas falas, gestos, brincadeiras e silêncios comunicam modos de ser e estar no mundo, e, por isso, merecem ser escutados e considerados na organização da rotina pedagógica. Essa postura exige do professor não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade, empatia e capacidade crítica, para que possa transformar o cotidiano escolar em um espaço de aprendizagem, convivência e construção de sentidos.

O trabalho docente também se organiza por meio da observação e da documentação pedagógica, que permitem compreender os processos de aprendizagem das crianças e replanejar as ações educativas. Segundo Oliveira (2023, p. 3), “a documentação não é apenas registro, mas instrumento de reflexão, que torna visível os saberes e trajetórias das crianças”. Assim, o professor se coloca como pesquisador de sua própria prática, fortalecendo a autonomia profissional e o vínculo com os sujeitos que educa.

A diversidade das infâncias exige práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as especificidades de cada sujeito, respeitando suas condições de desenvolvimento, necessidades educacionais e inserções sociais. Crianças com deficiência, em situação de vulnerabilidade, ou pertencentes a comunidades tradicionais precisam de um trabalho docente que seja ético, crítico e comprometido com a equidade. Para isso, torna-se essencial a formação continuada como ferramenta de fortalecimento da atuação docente.

Como apontam Santos, Souza e Britto (2021, p. 10), “a profissionalização docente exige constante reelaboração dos saberes e práticas, em diálogo com as realidades das crianças e os desafios contemporâneos da educação”.

A citação de Santos, Souza e Britto (2021 p.10) nos leva a refletir sobre o constante processo de formação e transformação dos profissionais da educação. A profissionalização docente não é um processo estático, mas uma jornada contínua de aprendizado e adaptação. Os professores não apenas repassam conteúdos, mas também se relacionam com as realidades dos alunos, compreendendo suas diversidades, necessidades e contextos de vida. Nesse sentido, é essencial que a prática pedagógica se mantenha em constante diálogo com as transformações da

sociedade, especialmente frente aos novos desafios que a educação enfrenta no cenário contemporâneo.

O trabalho do educador deve ser entendido como uma prática que transcende as técnicas pedagógicas, exigindo sensibilidade para lidar com as particularidades de cada turma e a capacidade de se reinventar diante dos novos tempos. O profissional da educação precisa estar em constante atualização, tanto em relação aos avanços do conhecimento quanto em relação às mudanças sociais e culturais que impactam o ambiente escolar. Isso implica a necessidade de um olhar atento e uma escuta ativa, para que o ensino seja, de fato, relevante e transformador para as crianças.

Essa profissionalização não se limita à aquisição de conhecimentos teóricos, mas envolve a construção de saberes práticos que respondam aos desafios da educação, como a inclusão, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a formação para a cidadania. Ser professor hoje é ser um eterno aprendiz, disposto a refletir sobre sua prática e a buscar, constantemente, maneiras de melhorar o ensino e a aprendizagem, de modo a garantir uma educação mais justa e acessível a todos.

A diversidade das infâncias exige práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as especificidades de cada sujeito, respeitando suas condições de desenvolvimento, necessidades educacionais e inserções sociais. Crianças com deficiência, em situação de vulnerabilidade, ou pertencentes a comunidades tradicionais precisam de um trabalho docente que seja ético, crítico e comprometido com a equidade. Para isso, torna-se essencial a formação continuada como ferramenta de fortalecimento da atuação docente.

Segundo Santos *et al.* (2021), a profissionalização na Educação Infantil requer uma formação que vá além do conteúdo técnico, sendo também ética, política e relacional. A formação continuada contribui para que o professor compreenda as infâncias de maneira crítica, atualize suas práticas e desenvolva saberes pedagógicos contextualizados. Isso implica reconhecer que o trabalho docente não se dá apenas na execução de tarefas, mas na construção coletiva de sentidos educativos que valorizem a infância como tempo presente e pleno de direitos.

Ademais, a organização do trabalho docente deve ser acompanhada por políticas públicas de valorização profissional. Muitos professores da Educação Infantil enfrentam jornadas exaustivas, condições precárias de trabalho e baixos salários, o que compromete não só sua saúde mental e física, mas também a qualidade da educação ofertada às crianças. A valorização profissional deve incluir melhores condições de trabalho, formação continuada com qualidade, tempo para planejamento e apoio institucional.

Portanto, pensar a organização do trabalho docente na Educação Infantil é também afirmar a centralidade da infância como prioridade social. É reconhecer o professor como sujeito de direitos, que precisa de suporte, escuta e reconhecimento para desenvolver seu papel de forma plena. A Educação Infantil, como primeira

etapa da Educação Básica, deve ser vista como campo formador por excelência – das crianças, dos professores e da sociedade.

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Falar de Educação Infantil é pensar em sujeitos que interagem mediados por brinquedos, brincadeiras e por pessoas. Então, para que seja possível compreender as relações educativas que são estabelecidas em determinado contexto escolar, é fundamental garantir a formação dos docentes da escola. A formação do educador infantil é de grande importância, devido ao fato de que a sua prática exige o contato direto com as crianças, o tornando um dos principais responsáveis por garantir o desenvolvimento básico de seus alunos, e aptos para integrar o cuidar e o educar na sua prática pedagógica. Sendo assim, é fato que uma parte da competência da atuação dos professores da Educação Infantil tem a ver com a sua formação profissional, os saberes que são adquiridos ao longo dessa formação e as experiências vivenciadas.

Em sua formação inicial os professores não detém todos os saberes necessários que são exigidos para que desenvolvam as habilidades e competências necessárias em uma sala de aula. Diante dessa demanda de modificação do público alvo, de acordo a sua realidade, é necessário que o docente se atualize, realizando formações continuadas, para ressignificar suas práticas no dia a dia, aprimorar seus conhecimentos e sua prática pedagógica, pois a todo instante a mesma está se modificando. O surgimento das formações continuadas tem base histórica em condições emergentes na sociedade contemporânea, nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, nas dificuldades do dia-a-dia nos sistemas de ensino, anunciadas e enfrentadas por gestores e professores e constatadas e analisadas por pesquisas (Gatti, 2008 p. 58).

Neste sentido a melhoria na qualidade da educação se dá através das formações continuadas para professores e gestores, proporcionando práticas e atividades pedagógicas que promovam o desenvolvimento dos alunos, bem como melhorias para o ensino e aprendizagem, através da atualização, inovação e realização de uma prática pedagógica eficiente.

A formação continuada de professores da Educação Infantil é um tema que tem ocupado um significativo espaço nas discussões que permeiam no campo educacional. No âmbito brasileiro, intensificou-se, a partir da década de 1990, com o desdobramento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.304/1996 (que passa a incluir profissionais de creche e pré-escola e a definir

a formação superior para todos os professores que atuam nesse nível de ensino), o compromisso da universidade em contribuir com a formação do professor desse segmento educacional (Silva *et al.*).

A LDB atribui no título VI, em seu artigo 62 :

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

A partir dessa promulgação e obrigatoriedade viu-se necessário oferecer ao profissional da educação infantil meios para efetivar essa formação, visto que a formação continuada é um direito e ao mesmo tempo um dever dos docentes que buscam mudanças e inovações para que possam desenvolver um trabalho de qualidade.

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho (Gatti, 2008 p.58).

A educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais. Incorporou-se essa necessidade também aos setores profissionais da educação, o que exigiu o desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais em resposta a problemas característicos de nosso sistema educacional (Gatti, 2008 p.58).

Os problemas concretos das redes inspiraram iniciativas chamadas de educação continuada, especialmente na área pública, pela constatação, por vários meios (pesquisas, concursos públicos, avaliações), de que os cursos de formação básica dos professores não vinham (e não vêm) propiciando adequada base para sua atuação profissional. Muitas das iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional adquiriram, então, a feição de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento em avanços do conhecimento, sendo realizados com a finalidade de suprir aspectos da má-formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação, que seria o aprimoramento de profissionais nos avanços, renovações e inovações de suas áreas, dando sustentação à sua criatividade pessoal e à de grupos profissionais, em função dos rearranjos nas produções científicas, técnicas e culturais (Gatti, 2008 p.58).

Isso se dá devido as políticas públicas educacionais que não atendem com base em dimensões e indicadores de qualidade, a falta de compromisso com a formação inicial e uma supervalorização de uma política de formação continuada. Alguns programas surgem em forma de cursos curtos e rápidos, de palestras e encontros seguindo um padrão predefinido com o intuito de proporcionar a melhoria na educação. Nessa perspectiva, a prática do exercício docente passa a ser entendida

como o principal elemento que constitui a formação continuada em serviço e esta é identificada com todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional, sejam elas, palestras, seminários, cursos, oficinas ou outras propostas.

A formação docente é defendida como tempos e espaços de construção de conceitos, reflexões e prática apreendidos por profissionais para sua ação. A atuação docente com agir profissional consciente e reflexivo demanda de uma formação concreta, substantiva de arcabouços teóricos e práticos que seja construído e reconstruído em sua prática cotidiana. A formação de saberes e competências são perspectivas definidoras da profissionalização na docência da educação infantil que envolvem desde o conhecimento do desenvolvimento infantil e das estratégias e mecanismos de educação nesta etapa evidenciam uma aproximação dos processos formativos continuados (Santos *et al.*, 2021).

O agir profissional docente demanda uma formação continua e permanente tendo em vista a dinâmica que permeia o processo educativo. Para que a formação se estabeleça e se configure em conhecimento faz-se necessário o reconhecimento das particularidades do contexto educacional, das ações educativas, suas incertezas e dificuldades na construção de competências profissionais. A formação edificante deve possibilitar ao professor refletir na sua prática (ação) e este encontro com a formação apropriada deve desenvolvê-lo com arcabouços teórico-metodológicos necessários a sua atuação proficiente. Para referendar a atuação profissional, a formação continuada precisa superar as questões generalistas e criteriosamente observar o processo de tratamento das especificidades teórico-prática, para que o foco para conhecimento em sua área de atuação na Educação Infantil (Santos *et al.*, 2021 p.434).

Há necessidade de que as políticas públicas estejam voltadas para acatar às necessidades pedagógico e sociais da escola e dos processos formativos que nela se ampliam. De outro lado, é também necessário que os professores expandam seus conhecimentos acerca da formação continuada, para ressaltar, analisar e conceber de que forma ela lhes é oferecida, imposta, e/ou com que modelos, aspectos, ela se mostra, para e com que ideias ela adentra no ideário dos educadores.

Compreender as finalidades e objetivos educacionais, aproximar-se da estrutura educacional, bem como reunir saberes para seu agir profissional entre outros, é a especificidade da formação inicial que alavanca os conhecimentos teóricos acumulados, os processos da iniciação a prática promovendo as habilidades profissionais, como o alicerce e instrumentalização do saber agir nas situações complexas e adversas que o cotidiano apresenta. A perspectiva do agir refletindo as situações reais em sua totalidade complexa, e ter um arcabouço de mecanismos de atuação tendo em vista a garantia da finalidade educacional são características

de um profissional reflexivo, capacitado a proficiência na sua ação (Santos *et al.*, 2021 p.439).

Um modelo que reflete uma alternativa para esta formação é a atuação supervisionada modulada pela racionalidade reflexiva no formato da residência pedagógica, onde a atuação profissional se vincula a orientação individualizada por meio de um profissional competente e experiente no processo de docência. Nestes termos o conhecimento teórico se relaciona com a prática possibilitando aos docentes a relacionar e reconstruir conhecimentos tendo por base a cotidianidade (Santos *et al.*, 2021 p.439).

A formação continuada deve oferecer aos professores da Educação Infantil os conhecimentos teóricos e metodológicos relativos ao ensinar e ao aprender, oportunizando reflexões sobre situações referentes à sala de aula e promovendo um diálogo entre a teoria e a prática. A formação continuada representa um importante espaço de produção de saberes relativos à profissão, os quais abarcam a diversidade de solicitações requeridas pela prática docente na Educação Infantil. A formação continuada de professores na Educação Infantil configura como um processo de aprendizagem que contribui para a definição da prática docente e para o desenvolvimento profissional ao longo de suas carreiras (Silva *et al.*)

Nesse aspecto, é importante dizer que os momentos formativos devem considerar a diversidade de situações complexas, o que exige diversos saberes sobre o ensinar e o aprender. Compreendemos a prática do professor da Educação Infantil como um exercício que precisa ser fundamentado na cultura da profissão e nos saberes da formação profissional (Silva *et al.*).

É dever do Estado proporcionar aos educadores a formação continuada, pois é um direito que pode ser exigido pelos mesmos, buscando garantir condições necessárias para a sua execução, contribuindo para o desenvolvimento profissional docente, bem como a construção de formas de aprendizagens que atendam às necessidades educacionais do presente e do futuro da sociedade.

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC (Brasil, 2018) está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (Brasil, 2018). As práticas culturais predominantes e as

possibilidades de exploração oferecidas pelo meio no qual a criança vive permitem que ela desenvolva capacidades e construa repertórios próprios (RCNEI, 1998).

Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmas, dos outros e do meio em que vivem (RCNEI, 1998).

O PAPEL DA BNCC NA CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.

A Constituição de 1988, no Art. 205, diz que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser proporcionada e encorajada para que exerça plenamente sua cidadania. Depois de muita luta a Educação Infantil foi inserida na Constituição de 1988, reconhecendo a educação em creches e pré-escolas como direito da criança. Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado.

Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos (BNCC p.35) .

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (Brasil, 2018 p.36).

A criança em sua concepção é um ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social, com isso, a sua aprendizagem não deve ser somente um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo, ter intencionalidade educativa às práticas pedagógicas que são constituídas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-

se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (Brasil, 2018 p.39).

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (Brasil, 2018 pg.39).

Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (Brasil, 2018 p.39).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco na configuração do ensino no Brasil, estabelecendo diretrizes para o currículo escolar em todo o país. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os conteúdos mínimos que todos os alunos devem aprender ao longo da Educação Básica no Brasil. Ela foi elaborada como parte da reforma educacional e é um componente central da política educacional do país. A BNCC define o conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes devem adquirir, independentemente de sua localização geográfica, origem social ou instituição de ensino (Oliveira, 2023 p.86).

A base de aprendizagem proposta pelo documento é o desenvolvimento de dez competências que contemplem todas as dimensões do desenvolvimento humano: cognitivo, acadêmico, intelectual, físico, social, emocional e cultural. Ou seja, com a finalidade de desenvolver nos alunos conhecimentos, habilidades e valores que resultem na vivência de atitudes positivas no pleno exercício da cidadania, que os preparem para o mundo do trabalho e que contribuam para uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A educação integral explícita nas dez competências, também objetiva desenvolver nos alunos as potências necessárias para viver e contribuir na sociedade moderna do século XXI (Brasil, 2018).

A formação continuada docente surge como um elemento essencial para a efetiva implementação, assimilação e concretização da BNCC no contexto educacional brasileiro, capacitando os professores a adaptarem suas práticas pedagógicas, garantindo uma implementação alinhada aos princípios da BNCC no cotidiano escolar.

A relação entre a Formação Continuada Docente e as Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é crucial para o sucesso na implementação

efetiva dessas diretrizes no contexto educacional brasileiro. Essa relação pode ser compreendida através de vários pontos inter-relacionados, pois permite que os professores compreendam profundamente os princípios, competências e habilidades propostos pela BNCC. Isso inclui a familiarização com os objetivos de aprendizagem, as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos e a visão geral dos campos de conhecimento. Cabe considerar que capacita os professores a adaptarem os currículos escolares de acordo com as diretrizes da BNCC, considerando as características específicas de suas turmas, regiões e contextos escolares. Isso implica em uma interpretação e implementação flexível das diretrizes para atender às necessidades locais (Oliveira, 2023).

Sendo assim, se faz necessário adaptar e internalizar os princípios da BNCC no cotidiano escolar, com isso, a formação docente é apresentada como um agente propulsor desse processo, ressaltando a sua importância na era da BNCC, argumentando que essa abordagem não apenas capacita os professores para a compreensão profunda das diretrizes, mas também os deixam aptos para a adaptação flexível dessas diretrizes à realidade específica de suas escolas e alunos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem bibliográfica, pois se fundamenta na análise e interpretação de obras já publicadas, com o objetivo de aprofundar a compreensão da temática investigada.

Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), pesquisar é buscar respostas para problemas ou perguntas que se colocam no processo de investigação, utilizando métodos e técnicas apropriadas para construir conhecimento. Neste contexto, a pesquisa bibliográfica é essencial para proporcionar embasamento teórico ao objeto de estudo, possibilitando o diálogo com diferentes autores e concepções.

A pesquisa bibliográfica, conforme Heerdt, Leonel e Gamez (2007), visa explicar um problema a partir da análise de contribuições existentes na literatura especializada, sendo um instrumento importante para a construção do referencial teórico. Para tanto, realizou-se um levantamento e análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais que discutem a formação continuada de professores da Educação Infantil à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A seleção dos materiais se deu pela leitura preliminar de títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos que tratavam diretamente da temática no banco de dados da SCIELO, Google Acadêmico e ERIC (Education Resources Information Center), reconhecidos por sua abrangência e credibilidade na área educacional. O critério de escolha priorizou trabalhos recentes e relevantes na área da educação, especialmente os que abordam a formação docente e a BNCC. Para a seleção das

obras, foram definidos descritores e palavras-chave a partir do portal de descritores em: BNCC. Educação Infantil. Formação Continuada. Políticas Públicas.

A pesquisa inicial resultou em aproximadamente **120 artigos** e **25 livros** relacionados ao tema. Para garantir a qualidade e pertinência dos materiais, foram aplicados critérios de inclusão, como: publicações em português, disponíveis na íntegra, datadas entre 2015 e 2024, e que abordassem diretamente a BNCC na Educação Infantil e a formação continuada docente. Após essa triagem, **50 obras** foram selecionadas para análise detalhada.

A análise dos materiais ocorreu de forma qualitativa, utilizando um formulário estruturado para a extração de informações relevantes, o que possibilitou a organização sistemática dos dados e a comparação crítica das diferentes perspectivas apresentadas. Esse processo conferiu rigor metodológico e neutralidade à interpretação dos resultados.

Dessa forma, a metodologia adotada assegurou a validade científica e a confiabilidade dos resultados discutidos ao longo do trabalho.

Para a análise do conteúdo, foi adotada a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme propõem Moraes e Galiazzi (2016 p.19), abordagem que se mostra pertinente a pesquisas qualitativas por permitir a construção de significados a partir de fragmentos do texto analisado. Essa metodologia busca compreender os discursos presentes nas produções científicas selecionadas, promovendo uma leitura crítica e interpretativa sobre os dados, sem a pretensão de comprovar hipóteses previamente estabelecidas.

A análise se deu por meio da leitura e interpretação dos textos com o intuito de identificar categorias emergentes relacionadas à importância da formação continuada, à prática pedagógica e à implementação da BNCC. A partir disso, foi possível construir inferências sobre os avanços, desafios e possibilidades da formação docente na Educação Infantil.

Dessa forma, esta metodologia permitiu uma aproximação com o objeto de estudo de forma aprofundada, favorecendo a reflexão crítica sobre os elementos que influenciam a prática profissional e as políticas públicas voltadas à formação dos professores da Educação Infantil.

Sendo assim, a utilização da abordagem qualitativa e do método bibliográfico, aliados à Análise Textual Discursiva, permitiu uma investigação sistemática e interpretativa do objeto de estudo. A metodologia adotada revelou-se eficaz para compreender as múltiplas dimensões que envolvem a formação continuada de professores da Educação Infantil no contexto da BNCC, possibilitando reflexões críticas e a produção de novos sentidos sobre o tema. Assim, esta pesquisa busca não apenas

descrever, mas também contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas fundamentadas, contextualizadas e transformadoras no campo educacional.

ANÁLISE DE DADOS

Durante a pesquisa bibliográfica, foi identificado um número considerável de trabalhos que abordam a temática A importância da formação continuada de professores da Educação Infantil à luz da BNCC. Inicialmente, realizou-se uma leitura dos títulos dos artigos com o intuito de selecionar aqueles que tratavam diretamente do tema proposto. Após essa triagem, os textos foram lidos integralmente, com foco na análise da relevância da formação continuada para a prática docente, especialmente na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para o tratamento do material coletado, utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), uma abordagem metodológica qualitativa que visa à construção de novas compreensões sobre fenômenos e discursos. Essa técnica permite uma análise crítica e interpretativa das informações, mais voltada à compreensão e reconstrução de significados do que à testagem de hipóteses.

O objetivo principal desta análise não foi fornecer respostas absolutas ou generalizáveis, mas sim contribuir com o debate educacional em torno da formação continuada e seu impacto na Educação Infantil. A investigação procurou aprofundar a discussão sobre como a formação docente pode ser estruturada e operacionalizada de forma a fortalecer o exercício profissional e a autonomia do educador.

Foram analisados dez artigos científicos, que abordavam a formação continuada sob diferentes enfoques. De maneira geral, os autores convergem ao afirmar que a formação continuada constitui elemento essencial para que os professores possam implementar de forma eficaz os princípios da BNCC no cotidiano escolar. Observou-se também que a maioria dos trabalhos destaca a necessidade de articulação entre teoria e prática como fundamento para a ressignificação da prática docente.

Verificou-se que a formação em serviço, realizada no espaço da própria escola, tem papel fundamental na transformação das práticas pedagógicas. Essa formação deve ocorrer de forma coletiva, contínua e contextualizada, contemplando as especificidades do cotidiano escolar. Nesse processo, a escola assume um papel central como espaço de produção e troca de saberes.

Os artigos analisados também enfatizam que, para que a formação continuada seja efetiva, é necessário que os professores tenham condições adequadas de trabalho, apoio institucional e tempo para planejamento. Destaca-se, ainda, que essa formação precisa ser reconhecida como um direito do profissional da educação

e como um dever do Estado, sendo necessário criar políticas públicas que garantam sua oferta com qualidade.

Constatou-se que os processos formativos que mais contribuíram para a mudança da prática docente foram aqueles que permitiram reflexões críticas, diálogo com os pares, problematização da realidade escolar e reconstrução dos saberes a partir da vivência profissional. Assim, a formação continuada revela-se não apenas como um instrumento de atualização pedagógica, mas como um processo de desenvolvimento profissional e pessoal do educador.

Por fim, compreendeu-se que a formação continuada é um processo permanente e multifacetado, que deve ser entendido como parte integrante da trajetória docente. Ela não se limita à realização de cursos ou eventos pontuais, mas inclui as experiências vividas no exercício da profissão, a reflexão sobre a prática, o compartilhamento de saberes e a busca constante por melhoria da qualidade da educação.

Diante da análise realizada, torna-se evidente que a formação continuada de professores da Educação Infantil, quando articulada às diretrizes da BNCC, constitui um elemento central para o aprimoramento da prática pedagógica. Os estudos analisados demonstram que, para além da atualização de conteúdos, a formação continuada deve promover reflexões críticas, trocas de experiências e ressignificações constantes do fazer docente, possibilitando ao educador um posicionamento mais autônomo e consciente diante dos desafios cotidianos da escola.

Observou-se que os processos formativos mais eficazes são aqueles que ocorrem no espaço da própria instituição escolar, em diálogo com o contexto e as vivências dos professores. Assim, a formação em serviço, construída coletivamente, fortalece a identidade profissional e contribui para a qualidade do ensino oferecido às crianças.

Constata-se, portanto, que a formação continuada não pode ser compreendida como ação pontual ou meramente compensatória, mas como um direito dos profissionais da educação e um dever do Estado. Sua efetivação requer políticas públicas consistentes, investimento, tempo de planejamento e valorização do professor enquanto sujeito formador e formador de si. Essa compreensão amplia a perspectiva de desenvolvimento docente e reafirma o compromisso com uma Educação Infantil de qualidade, crítica, equitativa e comprometida com os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das reflexões e análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa, torna-se evidente que discutir a formação continuada dos professores da Educação Infantil à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um imperativo não apenas acadêmico, mas, sobretudo, social e ético. Pensar na formação docente nesse contexto é reconhecer que a qualidade da educação ofertada às crianças pequenas

está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento profissional contínuo, ao fortalecimento dos saberes pedagógicos e à construção de práticas que dialoguem com as realidades, os desafios e as potencialidades das infâncias contemporâneas.

Diante das análises realizadas, reafirma-se que a formação continuada dos professores da Educação Infantil constitui-se como um elemento imprescindível para o aprimoramento da prática pedagógica e para a efetivação dos princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este estudo permitiu compreender que a formação docente não pode ser tratada como um evento isolado, episódico ou meramente burocrático, mas, sim, como um processo contínuo, dialógico e transformador, que acompanha a trajetória profissional dos educadores desde sua inserção no campo até sua consolidação como sujeitos formadores e reflexivos.

Refletir sobre a formação continuada, especialmente no âmbito da Educação Infantil, significa, acima de tudo, reconhecer a criança como sujeito histórico, social, cultural e detentora de direitos. Nesse contexto, torna-se urgente e necessário que os professores estejam em constante processo de (re)construção de saberes, capazes de dialogar com as diferentes infâncias, com suas múltiplas linguagens e com os desafios complexos que emergem no cenário educacional contemporâneo.

A implementação da BNCC, embora represente um avanço na busca pela equidade e pela garantia de direitos de aprendizagem, só se concretiza de maneira efetiva quando articulada a práticas pedagógicas conscientes, críticas e comprometidas com a realidade dos sujeitos que fazem parte do processo educativo. Nesse sentido, cabe destacar que a BNCC, longe de ser um instrumento prescritivo, deve ser apropriada de forma contextualizada, sensível às especificidades socioculturais de cada território, de cada escola e de cada comunidade.

Todavia, os desafios são muitos. A precarização das condições de trabalho, a falta de investimentos adequados na formação dos profissionais da educação, bem como as políticas públicas que nem sempre priorizam a valorização docente, configuram entraves significativos para que esse processo formativo aconteça de maneira efetiva. Assim, pensar em formação continuada é, também, pautar a luta por melhores condições estruturais, salariais e pedagógicas, além de reconhecer o professor como agente de transformação social.

É imprescindível que essa formação vá além do mero repasse de conteúdos, mas que se constitua como espaço de escuta, reflexão e produção coletiva de saberes. Que promova o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem o brincar, a ludicidade, as interações, as descobertas e a potência criativa das crianças como elementos centrais do processo educativo. Afinal, educar na infância é, sobretudo, um ato político, ético e estético, que exige do educador sensibilidade, criticidade e compromisso com uma educação emancipadora e humanizadora.

Ademais, torna-se necessário fortalecer uma cultura de formação no interior das instituições educativas, onde a prática reflexiva, a troca de experiências, a análise do cotidiano e a construção coletiva de conhecimentos sejam práticas permanentes. A escola precisa se consolidar como espaço formativo não apenas para as crianças, mas também para os profissionais que nela atuam, reconhecendo que o aprendizado é um processo contínuo, dinâmico e inacabado.

Diante disso, este trabalho não se encerra em si. Ao contrário, ele representa um convite à continuidade da reflexão e da busca por práticas formativas que dialoguem com os desafios da contemporaneidade, que sejam sensíveis às múltiplas infâncias e que contribuam para a construção de uma Educação Infantil fundamentada na ética, na equidade, na justiça social e no respeito à dignidade humana.

Por fim, reafirma-se que investir na formação continuada dos professores da Educação Infantil é investir, diretamente, na construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e capaz de assegurar às crianças seus direitos de aprender, conviver, brincar, participar e se desenvolver de forma plena. Esse compromisso não deve ser visto apenas como uma responsabilidade dos profissionais da educação, mas, sobretudo, como um dever coletivo que envolve o Estado, a sociedade, as famílias e todos os que acreditam que a educação é o caminho mais potente para a transformação social.

Diante do percurso realizado, entende-se que o problema de pesquisa foi respondido, pois a investigação possibilitou compreender de que maneira a formação continuada contribui para a prática pedagógica dos professores da Educação Infantil e para a implementação das diretrizes da BNCC no cotidiano escolar. As análises revelaram que a formação contínua é fundamental para que o docente desenvolva uma atuação mais consciente, crítica e alinhada às necessidades das crianças.

Do mesmo modo, os objetivos traçados foram alcançados, visto que a pesquisa analisou a importância da formação continuada, apontou seus desafios e destacou estratégias que podem favorecer o fortalecimento do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Com este estudo, espera-se contribuir para a valorização da formação continuada como um direito dos profissionais da educação e como um caminho para a melhoria da qualidade do ensino ofertado às crianças. Além disso, almeja-se sensibilizar gestores, professores e instituições sobre a necessidade de criar espaços formativos permanentes, que sejam capazes de apoiar a prática docente e promover uma educação mais justa, inclusiva e significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF, 2018.

GATTI, Bernardete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. In: Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal S/A: Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

HEERDT, Maria Luci.; LEONEL, Viviane. **Metodologia científica e da pesquisa: livro didático**. 5. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2007. 266p.

KAUARK, Fabíola.; MANHÃES Fernanda Cristina.; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88p.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Teresa. **Educação Infantil: desafios e resistências no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016. 2.

OLIVEIRA, Jorge Barbosa de. **Formação continuada docente e diretrizes da BNCC: Uma Necessidade da Educação Básica**. Revista Educação Pública, v. 23, n. 4, dezembro, 2023.

SANTOS, Luiz Anselmo Menezes; SANTOS, Julianna Britto Oliveira; SOUZA, Viviane Novaes de. **Reflexões sobre a formação docente na educação infantil: um estudo sobre conceitos de profissionalização nas produções publicadas nos periódicos da capes no período de 2010 a 2018**. Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 32, 2021.

SARMENTO, Manuel; PINTO, Manuel. **As várias infâncias: sociologia e educação**. Porto Alegre: Penso, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, João; ALMEIDA, Maria Clara; PEREIRA, Lucas Henrique; COSTA, Ana Beatriz. **A formação continuada de professores da educação infantil e suas implicações na prática docente**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD1_ID5255_TB548_23102024210807.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.